

## NA TRAMA URBANA: Do público, do privado e do íntimo\*

Maria Izilda Santos de Matos\*\*

As recentes preocupações da historiografia com a descoberta de temas, agentes, experiências e temporalidades anteriormente esquecidos favorecem também a focalização de outros *espaços*, contribuindo para redefinir e ampliar noções tradicionais do significado histórico e permitindo o questionamento das polarizações em categorias abstratas e universais, entre elas a própria noção de espaço, enfocando-a como uma totalidade constitutiva da trama histórica, emergente na memória coletiva e presente nas pedras da cidade.

Essas novas perspectivas e influências possibilitaram a reorientação do enfoque histórico, com o desmoronamento da continuidade, o questionamento de abordagens globalizantes, bem como da universalidade do discurso histórico. Tiveram como preocupação abrir trilhas renovadoras, desimpedidas de cadeias sistêmicas e de explicações causais, criar possibilidades de articulação e inter-relação, recuperar diferentes sensações, promovendo a descentralização dos sujeitos históricos e a descoberta das “histórias de gente sem história”, procurando articular experiências e aspirações de agentes aos quais se negou lugar e voz dentro de um discurso histórico convencional.

Dessa forma, além de questionar os paradigmas históricos tradicionais, vêm colocando novas questões, descobrindo novos corpos documentais e também discutindo as polarizações entre público/privado, espaço/tempo, sujeito/objeto. Nesse sentido, as reflexões sobre as singularidades do cotidiano no processo de urbanização não se limitam aos espaços mais visíveis, pois também focalizam os domicílios e os corpos, permitindo assim perceber o espaço não como algo “congelado”, bloqueado, tal como

\* Estas reflexões foram inicialmente apresentadas na mesa-redonda “Cidade e poder como objeto da pesquisa histórica”, promovida pelo laboratório “Cidade, poder e memória”, do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Agradeço pela oportunidade de participação e pelas contribuições que se encontram incorporadas a esse texto. Particularmente aos professores: Gislene Neder, Vania Froes, Márcia D’Alessio, Fernando Antonio Farias e Humberto Machado, cujo diálogo tanto enriqueceu este trabalho.

\*\* Departamento de História da PUC-SP.

na imagem de uma carta cartográfica, ou como simples palco da história, mas sim como um elemento constitutivo da trama histórica, de seus fluxos e de sua dinâmica em permanente ação, interação, transformação e reconstrução.

Deve-se estar atendo para não se universalizar historicamente as categorias ligadas ao espaço, entre elas a polaridade público/privado. No prefácio à *História da vida privada*, George Duby destaca que o conceito de privado só adquiriu consistência no século XIX, sendo aí definido como “uma zona de imunidade oferecida ao recolhimento, onde todos podemos abandonar as armas e as defesas das quais convém nos munir ao nos arriscarmos no espaço público...”, coincidindo com o lugar da familiaridade – o doméstico, o íntimo.<sup>1</sup>

A falsa universalidade dos limites entre público e privado fica mais clara se lembrarmos que estes foram mais definidos e precisos a partir da era vitoriana e construídos conjuntamente com a definição das esferas sexuais e da delimitação de espaços para os sexos. O século XIX representa o lar e a família em termos naturais, e a esfera pública, ao contrário, a instância histórica. A moderna separação entre público e privado é algo histórico e, portanto, não inevitável ou natural, tendo brotado de uma forma de organização social que passou por contínuas mudanças ao longo de sua trajetória. Foi, portanto, no contexto de uma herança vitoriana que se construiu o dualismo público/privado, reafirmando o privado como espaço da mulher e a representando como vítima de sua própria natureza, ao destacar a maternidade como necessidade, e o espaço privado como *locus* da realização das potencialidades femininas.

No decorrer dos tempos, as linhas de demarcação entre público e privado foram traçadas de modos distintos, podendo-se perceber momentos em que as atividades familiares e públicas se mesclam, e outros em que estão explicitamente diferenciadas. Assim, torna-se necessário tentar recuperar a dinâmica entre o público e o privado, sabendo que esses elementos são social, cultural e historicamente redefinidos, para perceber a não-polaridade entre eles. Note-se que as categorias privado e público não devem ser usadas aleatoriamente para qualquer sociedade ou época, podendo dessa forma virem a se tornar a-históricas.

Os conceitos, sentidos e práticas do público e do privado, seja quanto a espaço, ação ou propriedade, não são universais nem estáveis. O processo de construção e de segmentação do público/privado carrega na sua trajetória inter-relações desenvolvidas através de um discurso legitimador que vem atrelado desde a origem a um ocultamento de toda uma tensão e indefinição entre esses aspectos.

1 Veyne, Pierre (org.). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo, Companhia das Letras, vol. I, 1990, p. 10.

A criação do moderno marco público/privado pode ser considerada como uma fronteira por aqueles teóricos que foram sensíveis ao fato da variação intercultural. Alguns entre eles<sup>2</sup> têm procurado compreender as conexões mantidas entre o pensamento clássico e as noções modernas do público e do privado, destacando que os pensadores do final do século XVIII e início do XIX apropriaram-se das noções de público e de privado, reelaborando-as na separação entre o lugar da produção e da política e o da reprodução. Assim, a distinção entre o doméstico e o público é anterior à segmentação privado/público e baseia-se na separação entre a vida privada da família e o resto da sociedade. A dissociação da família e do trabalho, do pessoal e do político, relaciona-se diretamente com a política de construção das elites, em que a pureza sexual das mulheres tem implicações na posição e no poder dos homens.<sup>3</sup> Assim, deve-se tentar captar o movimento progressivo de privatização do espaço, que estaria ocorrendo concomitantemente com o fortalecimento do Estado e o processo de urbanização.

Esse processo obscureceu a unidade e o comum na vida cotidiana, já que a separação do pessoal e do político oculta a existência de uma dinâmica de poder que age em ambos. Desta forma, pensar a família como uma esfera separada do mundo do trabalho é passar por alto as formas em que a dinâmica social das duas esferas afetam-se mutuamente.<sup>4</sup> A reconstrução das categorias público e privado a partir da perspectiva feminina pode ajudar a clarificar a questão. Quando as atividades familiares coincidem com as públicas, a posição da mulher é comparável ou inclusive superior à dos homens, e, quando essa situação se inverte, a desvalorização das mulheres legitima-se.<sup>5</sup>

A esfera do público não deve ser simplesmente identificada com a esfera do poder e da autoridade. As contemporâneas redefinições do político, frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano, a politização do privado e a privatização do público são novos desafios à interpretação crítica do historiador e permitem a ampliação de questões

2 Arendt, Hannah. *A condição humana*. São Paulo, Forense/Edusp, 1981; Habermas, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo, Tempo Brasileiro, 1984.

3 Uma distinção entre a esfera da família e da economia surge a partir do momento em que começam a declinar as unidades domésticas de produção. Rapp, Rayna. *Signs*, nº 4, vol. 3, primavera de 1979, p. 510.

4 Perchesky, Rosalind. "Dissolving the hymen: a report on marxist feminist groups 1-5". In: Eisenstein. *Patriarcado capitalista y feminismo socialista*. México, Siglo XXI, 1978, pp. 81-101.

5 Landes, Joan. *Women and the Public Sphere in the age of the French Revolution*. Ithaca, Cornell University Press, 1988.

metodológicas importantes, sem abstração do engajamento político do sujeito do conhecimento.<sup>6</sup>

### *O público e o privado numa paulicéia desvairada*

A expansão urbana de São Paulo esteve vinculada diretamente aos sucessos e/ou dificuldades da economia cafeeira. Além de determinar o ritmo de crescimento da cidade, o café também definia o ritmo de vida na cidade: as épocas do ano eram as da safra, da entressafra e da colheita; o comércio era movido pelo café e sofria as conseqüências de suas cotações; a cidade, as pessoas, sua sobrevivência e até o seu temperamento e conduta dependiam drasticamente da sorte de um único produto – o “ouro verde”.<sup>7</sup>

Dessa forma, em poucos anos a capital paulista consolidou-se como o grande centro capitalista, integrador regional, mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços, fatores nitidamente vinculados ao crescimento da produção cafeeira. A política desencadeada pela cafeicultura paulista, estimulando e promovendo intensamente a imigração, em proporções bem superiores às possibilidades de emprego no campo, favoreceu muito o crescimento da população urbana.<sup>8</sup> Assim, em momentos de queda do preço do café, geada ou pragas, a evasão dos colonos do campo era acentuada, provocando acúmulo de despossuídos na cidade, gerando um novo perfil populacional.

O antigo “burgo dos estudantes”, onde o ritmo de transformações era lento e o espaço quase estático, alterava-se rapidamente com a urbanização acelerada. Nesse processo de urbanização coexistiam permanências, demolições e construções, cresciam as obras públicas, espaços passavam a ser definidos como novas áreas comerciais e financeiras, além da zona do meretrício. Conjuntamente com a intensificação industrial, quarteirões e bairros, diferenciavam-se segundo a predominância das atividades ali estabelecidas; ruas, vilas e cortiços povoados sobretudo por operários, em sua maioria imigrantes, mostravam a latência de um espaço entre a casa e a rua onde ocorriam trocas permanentes, estabelecendo relações dinâmicas e criando laços de solidariedade

6 Gadamer, Hans-Georg. “Deconstruzione e interpretazione”. In: *Aut aut*, nº 208. Firenze, julho-agosto, 1985.

7 Sevckenko, Nicolau. *Orfeu extático na Metrópole*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

8 De acordo com o censo do ano de 1872, quando a cidade já sofria conseqüências do surto cafeeiro, a população de São Paulo era de 19.347 pessoas. No censo seguinte, o de 1890, elevou-se para 64.934 habitantes, e no início do século XX, em 1908, eram 270.000 moradores, atingindo a cifra de 579.000 pessoas em 1920.

e estratégias de sobrevivência. Novos lugares passaram a receber novas marcas dos grupo que ali vinham se instalar: o bairro dos italianos e o dos japoneses; no Bom Retiro, os judeus; na 25 de Março, os sírios-libaneses.

Nesse processo, a problemática da cidade foi delineada enquanto questão – a chamada *questão urbana* – encontrando-se atravessada pelos pressupostos da disciplina e da cidadania, passando a cidade a ser reconhecida como espaço de tensões. A primeira via a focalizar a cidade de São Paulo como uma “questão” foi a higiênico-sanitarista, conjugando o olhar médico com a observação/transformação do engenheiro, junto a uma política de intervenção de um Estado planejador/reformador, que procurou de todas as formas neutralizar o espaço, dar-lhe uma qualidade universal e manipulável, mediante a “racionalidade e objetividade” da ciência, que tem função-chave na sua luta contra o “arcaico pela ordem e progresso”<sup>9</sup>, caminhando conjuntamente ao desejo já latente e generalizado de “ser moderno”, em que a cidade aparece como sinônimo de progresso em oposição ao campo. Conjuntamente à questão urbana, constrói-se a questão social com o surgimento da pobreza e a identificação do outro – o pobre, o imigrante.

A maior parte dos estudos que focalizam as transformações urbanas em São Paulo reproduz sem muita crítica o discurso característico das fontes oficiais – logo, públicas –, e mostra-se indicativa mais de um “dever ser” do que de “um ser”, ao apresentar modelos de relações íntimas, procurando corrigir, extirpar, estigmatizar os comportamentos. Dessa forma, esses estudos em geral reproduzem o privado como a imagem que dele tinha ou pretendia ter o público.

As transformações no espaço urbano vêm atraindo a atenção de vários historiadores, mas o foco do espaço privado não vem merecendo a devida análise. A expansão urbana e capitalista do final do século XIX trouxe o aparecimento da noção de rentabilidade, eficácia do trabalho em todos os domínios, inclusive no espaço interior, destacando a importância da limpeza e da higiene para saúde e bem-estar da família. Nesse foco, a casa aparece como o centro do mundo, a partir do qual a cidade cresce e se constrói em várias direções: o quintal, o terreiro, a rua, o bairro, o rio e a várzea (espaço de secar a roupa, de jogar futebol, de acampar, de pescar lambari com peneira), sendo difícil aí delimitar o público e o privado.

A arquitetura das casas, com muitas janelas voltadas para a rua, favorecia o intercâmbio social, não havendo uma preocupação de isolamento. Na janela, sempre ladeada por assentos (as conversadeiras), sentavam-se as mulheres, à luz natural, para costurar, bordar e tricotar, descascar os legumes e conversar com as vizinhas. As rela-

9 Matos, Maria Izilda S. de. *Trama e poder*. Um estudo sobre as indústrias de sacaria para o café (1888-1934). Brasília, CNI-SESI, 1995.

ções de vizinhança multiplicavam-se, as compras, vendas e as entregas eram ali realizadas, as crianças buliam com os transeuntes, as moças flertavam nas soleiras. Assim, através da janela, a casa e a rua, o público e o privado interpenetravam-se por meio de trocas permanentes.

O espaço não é só caracterizado e identificado pelas imagens, ele também é som, e da rua vinham os sons desde as primeiras horas da manhã até que a última janela se fechasse à noite<sup>10</sup>: pregões, cantilenas e serenatas, ainda tão presentes de forma nostálgica nas lembranças de uma Paulicéia desvairada.

Nessa Paulicéia, as tensões urbanas emergem vivenciadas de forma fragmentada e diversificada por seus habitantes (nacionais e imigrantes, homens e mulheres, brancos e negros, em diferentes ocupações: leiteiras, operários, carroceiros, lavadeiras), o que contrasta com as representações nos estudos acadêmicos e técnicos e nas fontes oficiais, em que a cidade se apresenta como unidade. O conflito se instala na brecha aberta entre a representação global (porque racional) da cidade e as memórias, nas quais emergem as representações fragmentárias do espaço – o espaço como suporte de memórias diferentes, contrastadas, múltiplas, convergentes ou não, mas que delineiam cenários em constante movimento, onde esquecimentos e lacunas constroem redes simbólicas de formas diferenciadas, discursos diversos que fazem da cidade lugar para se viver, trabalhar, rezar, observar, divertir-se. E onde o privado ultrapassa os círculos da moradia ou da família, misturando-se com os laços comunitários e étnicos, criando espaços de sociabilidade e reciprocidade, no trabalho e no lazer, em meio às tensões historicamente verificáveis.

Todavia, a implantação da ação reformadora num quadro de transformações urbanas mais amplas vai atribuindo novos significados ao público e ao privado, que sofrem variações tanto no próprio espaço como no tempo, sendo difícil e problemático delinear-los em abstrato, sem relacioná-los ao objeto pesquisado.

O público, cada vez mais voraz, estende seus tentáculos no domínio das intimidades; o privado, posto na defensiva, fortifica laços particulares de convívio. Os espaços públicos começam a corresponder às conotações negativas de multidão, perigo, estranhamento, indiferença, circulação, enquanto o privado representa o refúgio seguro, o domínio da natureza.<sup>11</sup>

10 Bosi, Ecléa. "Memória do trabalho". In: *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz, Edusp, 1987.

11 Sennet, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

Assim, cada sociedade recorta o espaço a seu tempo e a seu modo. A utilização da polaridade público/privado pode conduzir com frequência a ambigüidades ou a impasses que muitas investigações têm enfrentado. Nesse sentido, o investigador deve estar atento ao seu contato com as fontes, em particular as fontes orais, a partir das quais as relações entre o privado e o público podem aclarar-se e apurar-se, permitindo novas descobertas e desvendamentos sobre domínios que se supõe conhecidos.

O historiador que tem como preocupação restaurar tramas de vidas encobertas, procurar no fundo da história figuras ocultas, recobrar o pulsar do urbano, recuperar sua ambigüidade e a pluralidade de possíveis vivências e interpretações, desfiar a teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiência, deve evitar dualismos e polaridades e questionar as dicotomias. Deve ter como preocupação explícita libertar-se de conceitos abstratos e universais e, ao mesmo tempo, resgatar as experiências de outros protagonistas, restringindo o objeto analisado e procurando desconstruí-lo no passado, o que permite a redescoberta de situações inéditas, não no sentido de apontar o excepcional, mas de descobrir o que até então era inatingível, por estar submerso.

Procurar historicizar os conceitos e categorias com que se tem trabalhado, construindo-os durante o próprio processo de pesquisa, e incorporar as mudanças, aceitando conscientemente a transitoriedade dos conceitos e do próprio conhecimento, são preocupações que norteiam esse trabalho.

### *Porta adentro*

Procurar refletir sobre a singularidade do cotidiano no domicílio, resgatar as relações sociais, de gênero e étnicas, práticas e modos de vida. Pretende-se, assim, penetrar na organização de tempo e espaço do universo “porta adentro”, em que, ao contrário das transformações urbanas mais explícitas, as alterações viabilizavam-se de formas veladas. Dentro da análise das várias ocupações tradicionalmente conhecidas como “criados de servir”.

Numa conjuntura de alta rotatividade da mão-de-obra, fruto de um mercado de trabalho com flutuações cíclicas, os serviços domésticos eram uma das atividades que absorviam um dos maiores contingentes de trabalhadores, particularmente do sexo feminino e menores.<sup>12</sup> Mulheres casadas ou solteiras, imigrantes ou nacionais, brancas

12 A partir de 1914 as estatísticas dos *BDET* passaram a fornecer informações sobre a idade e nacionalidade dos trabalhadores. Assim, entre os domésticos a faixa etária é baixa, entre 10 a 16 anos. Quanto à nacionalidade, nota-se a presença crescente dos estrangeiros, particularmente portugueses e italianos.

ou negras, sós ou acompanhadas com filhos, empregavam-se para diversos serviços em casas de família.

Essa atividade de parcos rendimentos ocupava um grande número de recém-chegados a São Paulo.<sup>13</sup> Aos imigrantes de além-mar e migrados do interior, depois de uma pequena experiência na cafeicultura, somavam-se negros recém-egressos da escravidão.

Os criados enfrentavam uma dura rotina doméstica, começavam a trabalhar desde a madrugada e, dependendo das necessidades, só paravam a altas horas da noite, ficando à disposição para serviços eventuais. Nas casas geridas por patroas exigentes, os criados enfrentavam um rígido programa de trabalho:

De manhã (6h.): fazer café, ferver leite, varrer o vestibulo, o escritório, a sala de jantar. Espanar tudo. Arranjar a mesa do café, servir e tirar. Lavar a louça do café. Arranjar os quartos. Varrer a saleta e a copa, as escadas e o jardim. Arranjar a mesa do almoço, servir, desmanchar a mesa, almoçar. Depois do almoço: varrer a sala de jantar, lavar a louça e arear os talheres, guardar. Lavar o banheiro, passar o pano molhado na copa e no banheiro, varrer e arrumar o porão.<sup>14</sup>

Esta rotina era acrescida de funções que deveriam ser executadas de acordo com uma distribuição na semana:

#### Serviços da Semana

Segunda – encerar os quartos e escritório dos rapazes,  
terça – virar colchões e encerar os quartos,  
quarta – vasculhar os tetos e encerar a sala de jantar,  
quinta – bater todos os tapetes e encerar a sala de visitas,  
sexta – encerar o escritório e o vestibulo e lustrar os móveis,  
sábado – lavar as vidraças.<sup>15</sup>

13 Apesar das variações conjunturais, a oferta de mulheres e homens para prestar serviços domésticos era grande. O rastreamento dos anúncios diários na imprensa, cruzado com as estatísticas de imigração, permite identificar que após 1914, durante o primeiro conflito mundial, a queda nas entradas de imigrantes levou a uma diminuição da oferta desses trabalhadores e a um aumento da procura, gerando uma conseqüente tendência à elevação dos salários dos criados de servir. Todavia, tem-se que ponderar que a situação de carestia entre 1917-19 reverte em parte essa tendência, já que uma das vantagens do emprego doméstico era receber casa e comida.

14 Americano, Jorge. *São Paulo naquele tempo* (1895-1915). São Paulo, Saraiva, 1957, pp. 93-4.

15 Idem, *ibidem*, p. 102.



As horas vagas eram entremeadas com arrumações de armários de louças e roupas, passar sapóleo nos metais, pontear meias, lavar cristais e globos de luz, escovar as botas e sapatos.

As transformações no espaço urbano e no interior da família são indissociáveis. A ampliação do campo de ação da medicina, e em particular da higiene, influencia diretamente a cidade e as casas, e nestas o trabalho doméstico:

O chão era varrido pela manhã. Quando as crianças saíam para a escola era varrido de novo e umedecido com pano molhado enrolado em vassoura, para tirar o resto da poeira. Desde a última epidemia de febre amarela, a água do pano molhado tornara-se leitosa com a mistura de creolina.

Uma vez por semana lavava-se a casa inteira com escova e lixívia.

Uma vez por semana vasculhava-se o teto de madeira com vassoura de cabo comprido, entre três e quatro metros de altura, dimensão que, somada à estatura da empregada, dava o 'pé direito' de quatro a cinco metros e meio. Nas casas muito antigas o 'vasculho' tinha cabo de quatro metros e meio, para alcançar o pé direito de seis metros.

Uma vez por semana a dona de casa escolhia um dia de sol para mandar escovar as roupas de casimira, esvaziar gavetas, e pôr o linho ao sol para evitar mofo.

Enquanto os armários estavam vazios, fazia-se a limpeza do interior com pó contra baratas e substituía-se a última naftalina evaporada...<sup>16</sup>

O trabalho doméstico alterou-se nessa passagem de século em relação estreita com os surtos de febre e epidemias e com a difusão de novas normas de higiene, canalização de água, ordenação de um comércio de abastecimento de víveres.<sup>17</sup> Percebe-se também que a organização do trabalho "porta adentro" torna-se dependente dos horários escolares e do trabalho. Nessa árdua rotina interpenetravam-se tarefas variadas e de certa forma sobrepostas, em geral realizadas longe da presença de outros membros da família, além das patroas, como um serviço invisível, embora indispensável.

As transformações no espaço "porta adentro" ocorriam de forma lenta, irregular e, até, resistente. O cotidiano do trabalho na cozinha foi se alterando com a paulatina introdução dos fogões a gás. As práticas alimentares também se alteraram considera-

16 *Idem*, p. 64.

17 As transformações no espaço urbano vêm atraindo a atenção de vários historiadores, mas o foco do espaço privado não vem merecendo a devida análise (exceção feita ao trabalho de Sandra Lauderdale Graham). Creio que a expansão urbana e capitalista desse período trouxe o aparecimento da noção de rentabilidade, eficácia do trabalho em todos os domínios, inclusive no espaço interior, destacando-se a importância da limpeza e da higiene para saúde e bem-estar da família e com ela a responsabilidade da dona de casa. Nesse momento expandem-se os manuais e revistas que fornecem as normas de como executar e/ou organizar os serviços do lar.

velmente, a alimentação tornou-se mais variada e, correlativamente, o trabalho de preparação tornou-se maior. Além do preparo do alimento, os serviços de cozinha incluíam o fazer pão, pilar e moer o milho e o arroz; pilar, torrar e moer o café; refinar o açúcar e o sal<sup>18</sup>, preparar a banha, defumar carnes e até fazer sabão. Além disso, havia o abate, limpeza e preparação de aves e animais de pequeno porte.

Os serviços na cozinha ocupavam o dia todo. Preparavam-se refeições completas, com menus bem variados:

Segunda feira, alcatra para rosbife (a nossa cozinheira dizia arroz-bife); terça, camarão com chuchu; quarta, cozido; quinta, filé; sexta, peixe ou bacalhau; sábado, frango; domingo, carne de porco ou cabrito.

Esses eram os pratos de substância. Mas havia o que acompanhava: croquete de galinha ou de peixe ou de carne, porque sobrou um pedaço da véspera. Ou picadinho disto ou daquilo. Ou fritada. E as verduras.

E, alguns pratos detestáveis, como dobradinha, figado, miolo ou rins. Às vezes, cuscuz. Às vezes, feijoada...<sup>19</sup>

No final da tarde era comum nas casas mais finas servir um lanche, que prestimosas criadas preparavam caprichosamente, com pão, biscoitos e sequilhos.<sup>20</sup>

Já o abastecimento de víveres era feito quase que diariamente, o que demandava saídas dos criados à rua. As idas aos mercados exigiam um percurso mais longo, mas a maioria dos produtos poderia ser adquirida nas vizinhanças, além dos mercados francos ou feiras livres, que se expandiam nessa época. Estavam próximos o açougue, o armazém, a quitanda, e havia também grande quantidade de fornecedores domiciliares:

As compras eram feitas na porta, aonde vinham os vendedores. Seu Domingos com ovos frescos e frangos; seu José leiteiro; menino de seu Magalhães para saber a encomendas de armazéns... Seu Elias, mascate, fornecia cetinetas, rendas, carretéis e fitas.

Salvador o peixeiro trazia o peixe. O açougueiro tinha tabela certa: todos os dias ou entrecosto, ou alcatra; um dia lombo de porco; um dia, cabrito ou carneiro; cada quatro semanas, dobradinha, cada quatro semanas mocotó; cada quatro semanas, figado. O resto variava-se com omeleta, ovos mexidos, virado de feijão, carne seca, bacalhau.<sup>21</sup>

18 Lembranças de D. Risoleta. In: Bosi, Ecléa, op. cit., p. 297.

19 Americano, Jorge, op. cit., pp. 61-6.

20 Idem, ibidem, p. 84.

21 Idem, p. 36.

O abastecimento exigia que os criados negociassem, e para tanto necessitava-se aprimorar habilidades, saber selecionar os produtos e principalmente pechinchar. Nessas saídas ou encontros com pessoas que mais ativamente circulavam pela vizinhança, havia também oportunidade de conversar e se informar.

O domingo era o dia em que os patrões recebiam amigos e parentes, e assim as saídas dos criados eram rigorosamente controladas: um domingo sim outro não, depois do almoço, voltando para servir o jantar. Algumas famílias já destacavam em seus anúncios que a empregada não teria folga aos domingos.

Precisa-se para uma casa de casal sem filhos, de uma empregada de cor branca para cozinhar e fazer mais alguns serviços, dormindo no aluguel, não podendo sair aos domingos, o fogão é a gaz.<sup>22</sup>

As funções das donas de casa confundiam-se e interpenetravam-se com as das domésticas, como a conservação das roupas e pequenas costuras. Algumas residências tinham costureiras diaristas e outras até em tempo integral. Contudo, os consertos e pequenas costuras também poderiam ser executados pelas passadeiras e engomadeiras.

Apesar dessas atividades comuns, o controle deveria permanecer sempre com a patroa, principalmente nos momentos de grande carestia, como nos anos da 1ª Grande Guerra. Nesse sentido lembra D. Alice:

E na hora de fazer o almoço a cozinheira ia chamar a dona da casa, com uma bacia na mão. Ela abria a despensa e media as xícaras de arroz, de feijão, a cebola, e dava tudo medido para a cozinheira.<sup>23</sup>

A rotina diferenciava-se de casa para casa. Numa residência com muitos empregados havia rigorosa hierarquia e delimitações de funções, e alguns mais especializados chegavam a se recusar a realizar serviços para os quais não tinham sido contratados. A copeira, além do serviço de mesa, era encarregada dos cuidados com as louças, cristais e prataria. As governantas eram empregadas em lares sem dona de casa, de homens viúvos e solteiros, ou por famílias que desejassem entregar toda a responsabilidade sobre os demais criados para uma senhora. Como mostram os anúncios na imprensa, as alemãs eram as preferidas para essa função, por sua suposta autoridade e dinâmica de trabalho.<sup>24</sup>

22 *Diário Popular*, 4/1/1926.

23 Lembranças de D. Alice. In: Bosi, Ecléa, op. cit., p. 52.

24 "Oferece-se uma senhora alemã de meia idade, séria, de toda a confiança e independente, para tomar conta de casa de um senhor só ou viúvo com filhos, estes sendo pessoas sérias e de respeito." *Diário Popular*, 3/1/1906.

Essas governantas eram em geral pessoas de nível educacional mais elevado, como indicam os qualificativos dos anúncios: “alemã, falando francês”, “moça educada e diplomada”, “senhora de educação distinta”, e também se ocupavam da educação das crianças.<sup>25</sup>

Todavia, o mais comum era uma única empregada que realizava todos os serviços: lavar, engomar, cozinhar e arrumar. As mais experientes faziam verdadeiros malabarismos para executar todas as suas obrigações, como lembra D. Risoleta:

... tinha que levantar todo dia às quatro horas para acender o fogão a lenha e levar o café com torradas quentes, com bastante manteiga no quarto dos meninos... A gente ficava seis meses sem ver a cara da rua! Sempre tinha serviço e sábado e domingo era o dia que se trabalhava mais: ia fazer doces, biscoitinhos, sequilinhos, porque domingo a família toda reunia. Eles almoçavam e jantavam domingo um arroz de forno muito bonito, frango assado, pernil assado, ou aqueles pastéis que quando acabava de fazer a gente já não tinha nem vontade de sair.<sup>26</sup>

Havia contudo variações, como o hábito, entre as famílias de elite, de contratar “criados pessoais”, “criados de quarto” ou acompanhantes, que realizavam serviços pessoais, ficando à inteira disposição do patrão.<sup>27</sup> Eventualmente, também utilizavam servidores diaristas ou temporários, como enceradores, lavadores de vidraças, lavadeiras e engomadeiras para complementar o trabalho da única criada.

Numa São Paulo onde o urbano e o rural se interpenetravam, o “fora” e o “dentro” opunham-se e misturavam-se dialeticamente. Nas grandes residências o trabalho doméstico também poderia incluir o trato do galinheiro, da horta e do pomar, e até vendas ocasionais de excedentes desses produtos.

### *Funções femininas*

Desde muito cedo as crianças de famílias pobres, particularmente as meninas, eram introduzidas nos trabalhos domésticos, cozinhando, lavando, passando e cuidando

25 “Moça de tratamento, educada e diplomada, deseja ser collocada em casa distinta como governante, secretaria, ou dama de companhia. Pode ser procurada à rua...” *Diário Popular*, 5/1/1924.

26 Lembranças de D. Risoleta. In: Bosi, Ecléa. *Lembranças de velhos*, loc. cit., pp. 311-2.

27 O pai de D. Risoleta era Joaquim, como era “um mulato bonito, filho de pai português e mãe pretinha, que tinha cabelo bom, ondulado, falava muito bem, foi mucamo de luxo pra família Egidio de Souza Aranha. Atendia aos meninos, ia buscar o correio na cidade, acompanhava os moços quando saíam e quando era tempo da colheita do café tomava conta dos camaradas”. Lembranças de D. Risoleta”. In: Bosi, Ecléa, op. cit., p. 294.

dos irmãos menores. Essa necessidade fazia com que ainda na infância as meninas fossem treinadas para o trabalho de criadas, ofício considerado tipicamente feminino.

Os trabalhos domésticos eram considerados uma atividade que não necessitava de longa aprendizagem, que poderia ser realizada por “qualquer um”, principalmente se fosse mulher. Os serviços domésticos eram vistos em grande parte como “funções femininas”<sup>28</sup>, que eram as que exigiam menor esforço físico, monótonas e praticamente invisíveis aos olhos dos membros da família, além de desprestigiadas socialmente.

As fronteiras, para essas mulheres, entre o mundo do trabalho e o da vida privada não eram muito nítidas, pois entre esses dois mundos havia uma complexa relação de complementaridade. “Porta adentro”, as ocupações femininas confundiam-se, as funções da patroa misturavam-se com as das criadas, que equivocadamente eram consideradas “desqualificadas”. Porém estavam mais do que ninguém aptas e disponíveis para esse tipo de trabalho, e as qualidades reais se encontravam mascaradas sob qualidades naturais submetidas a um atributo supremo, a feminilidade.

Todavia, os padrões de fragilidade feminina e trabalho leve podem ser revistos se observarmos o cotidiano das lavadeiras, carregando pesadas trouxas de roupa, das engomadeiras, dias a fio utilizando o ferro de carvão e os ferros de entiotar, das cozinheiras, rachando a lenha para atizar o fogão ou carregando água para a limpeza da louça.

A imagem difundida sobre o serviço de criada como um trabalho leve, não especializado, sem riscos e inofensivo à saúde, entra em contraste com as informações fornecidas pelos Boletins do Departamento Estadual do Trabalho, que revelam os vários acidentes de trabalho, embora não expressem a totalidade das vítimas, já que muitas deixavam de ser socorridas. As informações contidas nesse corpo documental são exemplares para um exercício de recuperação do cotidiano desses sujeitos históricos, permitindo questionar essa imagem de serviço inofensivo.

Depois dos carroceiros, a categoria que mais sofreu acidentes foi a dos criados, que muitas vezes chegavam a ficar incapacitados. As lavadeiras eram atingidas principalmente por ferimentos nas mãos, particularmente cortes e penetração de corpos estranhos, mas havia também afogamentos nos rios, tanques e poços.<sup>29</sup> As que também exerciam a função de passar eram freqüentemente atingidas por queimaduras no ferro.

28 Perrot, Michelle. “Qu’est-ce qu’un métier de femme?”. In: *Le mouvement social*. Paris, Les Editions Ouvrières, juil-sept., 1987, n° 140.

29 *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, 1912, p. 613.

Além disso, registravam-se cortes com faca e machado (utilizados para rachar a lenha)<sup>30</sup> e queimaduras no fogão, em espiriteiras e lâmpadas a álcool<sup>31</sup>, cuja explosão atingia rosto, tórax e braços. Também sofriam quedas, tanto dentro dos lares como nas ruas, nos seus trajetos cotidianos para abastecer a casa. Muitos também sofreram penetração de corpos estranhos, fraturas, esmagamentos e dilacerações. Além das contusões e escoriações, eram comuns as rupturas de varizes, principalmente entre as mais idosas, demonstrando como o trabalho era pesado.

Entre as cozinheiras, particularmente, além das contusões e incisões, havia queimaduras com água fervida, gordura, querosene e álcool, atingindo os braços, mãos e pernas. Registrava-se também um elevado número de picadas de cobra, aranhas e escorpiões, em geral, escondidos na lenha.

Entre as doenças que atingiam esse grupo, além da tuberculose e do reumatismo, que se agravava pelo excesso de trabalho, falta de repouso e alimentação adequada, numerosos eram os ataques de nervos, o que pode ser indício de tensões nas relações cotidianas dentro dos domicílios.<sup>32</sup>

### *Estratégias e resistências*

O trabalho doméstico, a despeito do valor ínfimo dos salários, significava também a possibilidade de obter alimentação e casa, além de outros benefícios. Quando a casa era farta, os empregados conseguiam condições de alimentação e moradia melhores que as de muitos operários.

Algumas criadas que moravam fora recebiam permissão de levar sobras de comidas, verduras e frutas maduras da horta ou pomar, além de receberem roupas e calçados usados e móveis velhos. Para famílias pobres e com numerosa prole, no uni-

30 "... um golpe dado em falso com a machadinha com que partia lenha, produziu-lhe um ferimento cortante..." *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, 1914, p. 539.

31 "Queimou-se no corpo todo devido à explosão de uma lâmpada de álcool." *BDET*, 1912, p. 600. "Explosão de uma espiriteira determinou-lhe queimaduras de 1º e 2º graus na face e nas mãos." *BDET*, 1913, p. 240.

"Na explosão de uma lâmpada de espírito recebeu queimaduras de primeiros e segundo graus nos membros superiores..." *BDET*, 1914, p. 548.

"Receberam queimaduras, 7 domésticas (duas em explosões de álcool, duas em explosões de querosene, uma com fogo, uma com água a ferver e uma torrando café." *BDET*, 1914, p. 738.

32 "Tentativa de suicídio: Desgostosa por não receber com regularidade os seus salários, a criada Maria Rocha, viúva, 25 anos... tentou suicidar-se, hontem às 18 horas e 45 minutos, tomando uma dose de ácido phenico." *Correio Paulistano*, 13/5/1918.

verso de carestia que assolava a cidade de São Paulo, isso representava uma estratégia de sobrevivência. Sobre os benefícios das domésticas duas patroas conversavam em 1901:

– A minha cozinheira ganha quarenta mil réis por mes, morando fora. Mas tem comida, café com pão, de manhã cedo. Almoço e jantar, do nosso. Sobremesa de banana, todos os dias. No domingo, marmelada. O que sobra leva para o marido. Roupa, ela ganha tudo quanto fica velho. Roupa de baixo, vestidos, sapatos usados, toda a roupa de cama que não serve mais. No inverno, eu dou de presente cobertores que ainda podem servir por mais dois anos... Ao que parece o marido não trabalha... Os filhos são cinco, e vestem tudo quanto não serve mais para os meus quatro.

– A minha costuma trazê-los em visita nos dias de aniversário nosso e no Natal. Cada um recebe uma roupinha usada, biscoitos e quinhentos réis em dinheiros.<sup>33</sup>

Por outro lado, as que não residiam com as patroas podiam dispor mais diretamente de seu tempo, e realizavam serviços ocasionais como pequenas encomendas de doces e salgados e lavagem de roupa, como lembra D. Benedita, que veio para Santos quando tinha 12 anos para servir como doméstica e teve vários empregos do gênero na região:

Em Bertioga, eu trabalhei pra Dona Frida, ajudei-a a criar os filhos dela, o Fritz, a Berta... Eu também trabalhei para o Dr. Neiva da Costa, da Capitania dos Portos (...) ainda costurava para nós duas e ainda ganhava um dinheirinho costurando para fora.<sup>34</sup>

Uma indefinível mistura de trabalho incessante, sofrimento calado e alegre capacidade de sobrevivência, caracteriza essa e outras trajetória femininas. O casamento e, principalmente, a maternidade alteravam a participação da mulher na função de doméstica, pois ela geralmente deixava de dormir na casa dos patrões e passava a preferir o trabalho como diarista, embora um grande número delas permanecesse no emprego de solteira. Caso fosse uma cozinheira de forno e fogão, uma criada dinâmica e eficiente exercendo funções no tanque, nos ferros de carvão, na arrumação da casa e à beira do fogão, ou uma babá meiga e dedicada, era-lhe permitido trazer consigo os filhos, muitas vezes se sujeitando a um salário menor.

Relações de poder permeadas de autoritarismo e violência caracterizavam o dia-a-dia de patrões e criados, as criadas eram geralmente tratadas de forma prepotente,

33 Americano, Jorge, op. cit., pp. 77-8.

34 Lembranças de D. Benedita Ribeiro dos Santos. Banco de Memórias de Famílias Negras. São Paulo, PUC-SP, p. 4.

chegando até a agressão física. A imprensa também noticiava constantes fugas de empregados principalmente de menores, maltratados, franzinos, magros, desdentados, descalços e em farrapos.<sup>35</sup> As queixas à polícia ocorriam frequentemente, algumas vezes através de denúncias por vizinhos, mas também pelos próprios criados, entre elas várias de violência sexual.

Com um cotidiano envolto em toda essa ambigüidade, não se poderia esperar dessas mulheres apenas conformismo e passividade, mas também resistência, mesmo que expressa numa consciência fragmentada, de certa forma determinante em suas expressões de luta. As criadas comportavam-se simultaneamente com resignação e revolta; a fuga, a indolência, o mau humor, os protestos – sutis ou velados –, apareciam como manifestação.

Apesar das modificações que a imigração e a Abolição operaram nas relações entre amos e criados, persistiu a idéia de que estes deveriam estar sob a tutela do seu amo. Dos patrões, esperava-se um comportamento de “conselheiros e guias” de seus criados, considerados incapazes de gerir suas vidas autonomamente. Pode-se perceber toda uma complexidade nas relações de trabalho nos domicílios, as formas de dominação e exploração constituídas em seu perpétuo tecer e desfiar de enfrentamentos, adesões, alianças e confrontos cotidianos.

Consciente ou inconscientemente, procurava-se estabelecer dispositivos estratégicos que deveriam estreitar os vínculos de patrões e criados. Mesclando gratidão, adesão e envolvimento, procurava-se sutilmente a cooptação, sugerindo uma relação mutuamente admitida, mas com pressupostos normativos que, supondo noções valorativas, necessitavam da adesão dos criados. Algumas criadas ficavam grande parte da vida num mesmo emprego, e acabavam sendo confundidas com a família, “como se fossem de casa”<sup>36</sup>, tomavam também a iniciativa de trazer parentes para trabalhar na mesma residência e assim ampliando toda uma rede de vínculos com as famílias de patrões.

Tendo como paradigma das relações o paternalismo, como bem destaca S. Graham, a responsabilidade implicava um controle constante.<sup>37</sup> O trabalho dos criados de servir era sempre supervisionado, e seu comportamento observado, a patroa devia supervisão-

35 É o caso da “hespanhola Josephina de 10 annos de idade”, que servia de criada e que fora mandada às compras e nessa ocasião aproveitou a oportunidade para fugir. *Correio Paulistano*, 12/2/1908.

36 Americano, Jorge, op. cit., p. 12.

37 Graham, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro-1860-1910*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.



nar as tarefas rotineiras e educar os criados para seus afazeres, como orienta o artigo no suplemento do jornal *Correio Paulistano*:

Eu penso que a maior parte da falhas cometidas pellos domésticos, é producto de sua ignorancia. Eduquemol-o, pois com paciência. – Triste tarefa para nós objectar-me-eis. Mas, pergunto eu: – Qual de vós leitoras minhas podera dispensar os serviços dos criados? Ninguém por certo.

Assim sendo, o único meio é procurarmos educal-os, para os fazer nossos auxiliares razoaveis, em vez de os tornar nossos indispensáveis inimigos...<sup>38</sup>

Na realidade, como foi visto, as funções da dona de casa e das empregadas se confundiam. Os laços entre criados e patrões eram instáveis, numa ambivalência entre confiança-desconfiança, afeto-desprezo.

Oscilando entre o exercício de repressão direta e a atitude paternalista, os patrões queriam garantir a execução dos serviços.

O paternalismo estabelecia relações bastante sutis, procurava negar os conflitos, consubstanciando-se em imagens de cooperação e harmonia. “Porta adentro” utilizava-se de linguagem e prática familiares para buscar a adesão do criado, lançava-se mão de imagens que, em última instância, procuravam identificar o patrão com o pai, protetor e provedor, severo e justo. Esta imagem se propunha a reforçar a autoridade simbolizada na figura paterna e materna – mais do que assegurar a identificação dos “criados-filhos” com a família, cumpriria a função de negar o conflito, insinuando a idéia de harmonia. Assim, era na ambivalência do controle-repressão-concessão que se caracterizavam as relações desses protagonistas históricos. No cotidiano dos domicílios, as práticas paternalistas se mesclavam com medidas repressivas, constituindo estratégias de um processo de enfrentamento e dominação, tendo os criados participado da construção, alteração e consolidação dessas relações, bem como de suas transformações, quer consentindo passivamente, quer ativamente resistindo.

## Memorialistas

Alcântara Machado, A. de. *Brás, Bexiga e Barra Funda: notícias de São Paulo*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado – Arquivo do Estado, 1983.

Alvaro, Guilherme. *A campanha sanitária de Santos: suas causas e seus efeitos*. São Paulo, Casa Duprat, 1919.

38 *Correio Paulistano*, 14/7/1918.

- Amaral, Edmundo. *Rótulos e mantilhas: evocações do passado paulista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1932.
- Americano, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. São Paulo, Saraiva, 1957.
- \_\_\_\_\_. *São Paulo nesse tempo (1915-1935)*. São Paulo, Saraiva, 1957.
- Andrade, Mário de. *Os contos de Belazarte*. São Paulo, Martins, 1973.
- Andrade, Oswald. *Um homem sem profissão(1890-1919)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Os condenados*. São Paulo, Círculo do Livro, s/d.
- \_\_\_\_\_. *Marco Zero I: a revolução melancólica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- Bruno, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Memória da cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e visitantes (1553-1958)*. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1981.
- Gaspar, Byron. *Fontes e chafarizes de São Paulo*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1967.
- Marques, Gabriel. *Ruas e tradições de São Paulo*. São Paulo, Conselho Estadual de São Paulo, s/d.
- Martins, Antonio Egydio. *São Paulo antigo (1554-1910)*. São Paulo, Typ. do Diário Oficial, 1912.
- Moura, Paulo Cursino de. *São Paulo de outrora*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1980.
- Pinto, Alfredo M. *Santos*. Santos, Typografia Imprensa Popular, 1898.
- \_\_\_\_\_. *A cidade de São Paulo em 1900*. São Paulo, Governo do Estado, 1979.
- Santos, Martins Francisco. *História de Santos*. São Paulo, Empresa Graphica da “Revista dos Tribunaes”, 1937, vol. 2.
- Silva Sobrinho, J. Costa da. *Santos noutros tempos*. São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de Santos, 1953.
- \_\_\_\_\_. *Romagem pela terra dos Andradas*. São Paulo, Freitas Bastos, 1957.
- \_\_\_\_\_. *Materiais para história de Santos*. Santos, Arquivo Histórico Municipal de Santos, s/d.
- Vitor, Manoel. *São Paulo de antigamente: história pitoresca de suas ruas*. São Paulo, Gralystyl, 1976.

## Fontes

- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Recenseamento do Brasil, 1920, Synopse do Recenseamento. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1926.
- Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, 1911 a 1929.
- Actos e Leis do Município, 1890 a 1930.
- Leis e Resoluções da Câmara Municipal de São Paulo, 1894 a 1930.
- Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 1890 a 1930.
- Correio Paulistano*, 1890 a 1930.
- Diário Popular*, 1890 a 1930.
- Ferreira, José Martins. “As vantagens do recenseamento torácico da população infantil de São Paulo e a profilaxia de tuberculose”. In: *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, Departamento de Cultura, 1937, n. 41.
- Furtes, E. A. *Saneamento da cidade e porto de Santos*. São Paulo, Typ. Diário Oficial, 1895, IHGSP.

## Bibliografia

- Alberti, Verena. *História oral – A experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas-CPDOC, 1990.
- Alencastro, Luis Felipe de. “Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro (1850-1872)”. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, jul. 1988, nº 21.
- Alvaro, José Ribeiro de. “A expansão urbana de Santos”. In: *Baixada santista*. São Paulo, Edusp, 1965.
- Alvim, Zuleika M. F. *Brava gente: os italianos em São Paulo*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- Andrade, Wilma T. F. de. *O discurso do progresso: a evolução urbana de Santos (1870-1930)*. Tese de doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 1989, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Coleção santista: o que se pode ler sobre Santos*. São Paulo, Loyola, 1977.
- Araújo Filho, José Ribeiro de. *Santos: o porto do café*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1969.
- Blay, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar – Vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo, Global, 1985.
- Beiguelman, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro – Aspectos Políticos*. São Paulo, Pioneira, 1977.

- Berger, M. & Buvinic, M. (orgs). *La mujer en el sector informal*. Venezuela, Nueva Sociedad, 1988.
- Bosi, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembrança de velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz/Edusp, 1987.
- Brescianni, M. Stella Martins (org.). "Mulher no espaço público". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Marco Zero/ANPUH, 1989, n. 18.
- \_\_\_\_\_. *O anjo da casa*. São Paulo, IFCH/Unicamp, 1991, n. 29.
- \_\_\_\_\_. "A mulher e o espaço público". In: *Jogos da política*. São Paulo, Marco Zero/ANPUH, 1992.
- Burke, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Unesp, 1992.
- Carelli, Mario. *Carcamano e comendadores: italianos de São Paulo da realidade à ficção, 1919-1930*. São Paulo, Ática, 1985.
- Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. et alii. "Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio de Janeiro: vivência de libertos, 'galegos' e mulheres pobres". In: *Cultura e Cidades*. Revista Brasileira de História, São Paulo, Marco Zero/ANPUH, 1985, n. 8/9.
- Danon, Diana D. & Arroyo, Leonardo. *Memória e tempo das igrejas de São Paulo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/Edusp, 1971.
- \_\_\_\_\_. & Toledo, Benedito L. de. *São Paulo: belle époque*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/Edusp, 1974.
- Da Matta, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1985.
- Del Priori, M. (org.). *A história da criança no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1991.
- Elazan, Judith M. *Lazer e vida urbana em São Paulo (1850-1910)*. Tese de doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 1979, mimeo.
- Fausto, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 3ª ed., São Paulo, Difel, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- Frutuoso, Maria Suzel Gil. *A emigração portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos*. Dissertação de mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 1989, mimeo.
- Gitahy, Maria Lucia Caira. *Ventos do mar*. São Paulo, Unesp, 1992.
- Graham, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

- Lopes, Betralda. *O porto de Santos e a febre amarela*. Dissertação de mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 1975, mimeo.
- Morse, Richard. M. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo, Difel, 1970.
- Pereira, M. da Conceição. *Mulher madeirense: vivência, problemas e expectativa*. Lisboa, CCF, 1990.
- Perrot, Michelle. "Qu'est-ce qu'un métier de femme?". In: *Le Mouvement Social*. Paris, Les éditions Ouvrières, juil-sept., 1987, n. 140.
- Pinto, Maria Inez M. B. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. Tese de doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 1984, mimeo.
- Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- Sevcenko, Nicolau. *Orfeu extático na Metrópole*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil (1850-1938)*. Rio de Janeiro, Nórdica, 1992.
- Soihet, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1989.
- Thompson, Paul. *A voz do passado: história oral*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.